

Secretário da Bahia contesta números da dívida com a União

por Pedro Rúbio
de Salvador

O secretário da Fazenda da Bahia, Rodolpho Tourinho Neto, contesta os números da dívida do estado apresentados pela Secretaria do Tesouro do Ministério da Fazenda, que é de US\$ 3,164 bilhões. "Temos um débito direto com a União de US\$ 2,4 bilhões, sendo US\$ 1,3 bilhão refinanciável e US\$ 1,1 bilhão não-refinanciável. Além disso, temos uma dívida mobiliária de US\$ 200 milhões e dívidas diversas de US\$ 100 milhões. Somados esses US\$ 300 milhões com os US\$ 2,4 bilhões dão um total de US\$ 2,7 bilhões. Isso significa um débito US\$ 760 milhões menor do que o apresentado pela União", afirma Tourinho Neto. Segundo ele, essa diferença pode ser explicada de dois modos. Ou o governo federal não vem dando baixa nos pagamentos que os estados estão fazendo ou está havendo uma interpretação errada da natureza dos débitos.

"As divergências apontadas na imprensa, sobretudo em relação aos maiores estados, levam a crer que o governo federal considera que a dívida mobiliária é com a União. Isso não é correto porque o débito é, na verdade, com o mercado financeiro. Além disso, muitos estados possuem créditos com a União representados por saldos na Conta de Resultados a Compensar (CRC) do setor elétrico e por dívidas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de empresas federais", diz o secretário. Ele acentua que a Bahia tem a receber da União US\$ 416 milhões em CRC. Desse total, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) já reconheceu um débito de US\$ 370 milhões e a CHESF/Eletronor, US\$ 46 milhões referentes às obras da barragem de Pedra do Cavalo.

O secretário da Fazenda da Bahia diz que desde meados de 1991 o estado vem pagando todos os seus compromissos com a União, exceto o débito com a Caixa Econômica Federal (CEF), cujo último pagamento foi feito em 1987. O débito com a CEF é a de

Rolagem paulista "o quanto antes"

"Temos de fazer o saneamento completo do setor público. É isto que o Fernando Henrique e eu acertamos. Agora, os técnicos vão ter de se virar e chegar rapidamente aos números", disse ontem o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, queixando-se do tratamento que o estado vem recebendo dos técnicos do Ministério da Fazenda, que vêm questionando o valor da dívida do estado, estimado por Fleury em US\$ 1,1 bilhão.

De acordo com o governador, São Paulo quer fazer a rolagem "o quanto antes". Os números, disse, deverão estar equacionados nos próximos quinze ou vinte dias. Ontem mesmo começaram as conversações entre técnicos do estado e da União. Para Fleury, o fato de São Paulo arrecadar 50% dos tributos federais e receber de volta apenas 2% permitiria que o estado devesse até 50% do total dos créditos federais.

Nesta quinta-feira, Fleury vai se reunir com prefeitos do estado para discutir a crise na saúde. "Estamos recebendo agora as verbas de março, sem juros ou correção, e com um corte de 40%", disse. De acordo com seus cálculos, São Paulo está recebendo Cr\$ 422 bilhões a menos do que produziu, aumentando sua participação no custeio do sistema.

US\$ 314 milhões e está inserido dentro do US\$ 1,3 bilhão refinanciável. "Por isso, não aceitamos a forma com que o assunto vem sendo tratado pelo Ministério da Fazenda e reafirmamos que a Bahia fará a rolagem de suas dívidas refinanciáveis — no valor de US\$ 1,3 bilhão, tão logo seja aprovado o projeto de lei em tramitação no Senado Federal. Mas a rolagem deve ser feita nas mesmas condições para todos os estados, sem privilégios ou exceções", afirma Tourinho Neto (ver matéria nesta página)